



**ACÓRDÃO Nº160/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11280/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Advogado:** Não Possui
- 4- **Órgão:** Câmara Municipal de Coari
- 5- **Exercício:** 2015
- 6- **Responsável:** Iliseu Monteiro da Silva (Ordenador de Despesa)
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 08/2019-MP-ESB, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Coari. Exercício de 2015.

*Irregularidade. Multa. Alcance. Determinação. Recomendação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar Irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Iliseu Monteiro da Silva**, Vereador- Presidente e ordenador de despesas, referente ao exercício de 2015, nos termos do art. 71, II, da CF/88, art. 40, II, da CE/89, art. 1º, II, 2º, 4º, 5º, I e 22, III, "b" e "c", da Lei Orgânica do TCE/AM c/c art. 11, III, "a" e art. 188, §1º, "b" e "c", do Regimento Interno do TCE/AM.
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Iliseu Monteiro da Silva**, no valor de **R\$ 20.481,58** ( vinte mil, quatrocentos e oitenta e um reais e cinquenta e oito centavos), que deverá ser recolhida na esfera estadual para o Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de documento de arrecadação - DAR avulso, gerado no sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - FAECE, nos termos do art. 1º, XXVI, 52 e 54, II e III, da Lei Orgânica do TCE/AM c/c art. 308, V e VI, do Regimento Interno do TCE/AM, com a redação dada pela Resolução nº 04/2018, por atos de gestão ilegítimos ou antieconômicos que resultaram em injustificado dano ao erário e atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias.



**ACÓRDÃO Nº160/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 10.3. Considerar em Alcance o Sr. Iliseu Monteiro da Silva**, no valor de **R\$ 5.168,14** (cinco mil, cento e sessenta e oito reais e quatorze centavos), que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Câmara Municipal de Coari, referente a dispêndios realizados sem o respectivo comprovante de despesas (impropriedade listada no item 14, do relatório conclusivo n 91/2016 da DICAMI). O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;
- 10.4. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que, após o prazo fixado, em caso de não recolhimento do valor das penas pecuniárias impostas, proceda à instauração da cobrança executiva, nos termos do art. 173, do Regimento Interno do TCE/AM;
- 10.5. Recomendar** à Câmara Municipal de Coari:
- a) Que observe os prazos impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.
  - b) A adequação e revisão do pessoal contratado para que o ente esteja dentro do limite constitucional.
  - c) Que recolha imediatamente os devidos valores referentes as contribuições previdenciárias ao INSS.
  - d) Que faça o devido repasse ao órgão previdenciário de Coari do valor de **R\$ 50.858,42** levantados pela Comissão de Inspeção.
  - e) A revisão ou adequação da lei que trata sobre a Verba de gabinete, uma vez que os pagamentos ocorridos nesse título são de cargos de pessoal inexistentes no Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Coari
- 11- Ata:** 7ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- Data da Sessão:** 11 de Março de 2019
- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros; Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Mario Manoel Coelho de Mello, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).
- 13.1. Declaração de Impedimento:**
- 14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral

Publicado no Diário Eletrônico do  
TCE/AM,

Edição Nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

**ACÓRDÃO Nº160/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**